



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 0288676-4 - Comarca de Ipojuca
Agravante: Scave Serviços de Engenharia e Locação Ltda
Advogado: Rodrigo Soares de Azevedo
Agravado: Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros-SUAPE
Advogado: Pedro Henrique Santana de Souza Leão
Ministério Público: Zulene Santana de Lima Norberto

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. SOBRESTAMENTO DO FEITO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE ANTE A AUSÊNCIA DE VINCULAÇÃO COM O PROCESSO ADMINISTRATIVO. JUNTADA DA CÓPIA DO PROCESSO LICITATÓRIO. DESNECESSIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Ao indeferir a pretensão da agravante, o togado monocrático firmou seu convencimento no fato de que o processo judicial ordinário, ou seja, a ação de origem, não se encontrava vinculada a procedimento administrativo que lhe imponha o sobrestamento do feito, bem como aferiu a desnecessidade da juntada de cópia do processo licitatório, por tratar a lide de descumprimento de contrato firmado entre as partes.
2. O processo judicial não se encontra vinculado ao administrativo, não dependendo aquele, desde para o regular prosseguimento. Ademais, confessa o mesmo que a suspensão da referida demanda é medida que se faz necessária à obtenção da segurança jurídica, posto que, em não sendo procedente o Recurso Administrativo interposto, indubitavelmente deverá oferecer nova ação judicial com o fim de ver anuladas as penas impostas pela Administração.
3. Acatar a articulação recursal, seria permitir, pela via transversa, a devolução do prazo recursal à recorrente, que permanecera inerte, na ocasião em que o togado monocrático indeferiu anteriormente seu pedido antecipatório formulado no sentido de obstar a parte demandada de lhe impor qualquer espécie de penalidade ou restrição até definitivo julgamento da lide.
4. O objetivo da ação ordinária é a rescisão do contrato, face seu descumprimento pela empresa que se sagrou vitoriosa no certame portanto, desnecessária a juntada do processo licitatório.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

5. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao agravo de instrumento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 0288676-4, acima mencionados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público desta Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 28/04/2014, à unanimidade de votos, em lhe negar provimento nos termos do relatório e votos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 28 de 04 de 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



302

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 0288676-4 – Comarca de Ipojuca
Agravante: Scave Serviços de Engenharia e Locação Ltda
Advogado: Rodrigo Soares de Azevedo
Agravado: Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros-SUAPE
Advogado: Pedro Henrique Santana de Souza Leão
Ministério Público: Zulene Santana de Lima Norberto

RELATÓRIO

Cuida-se de Agravo de instrumento pugnando pelo emprestamento do efeito suspensivo ativo da decisão interlocutória proferida nos autos da Ação Ordinária de Contrato Administrativo nº 0001729-40.2012.8.17.0001, a qual indeferiu o pedido de sobrestamento do feito, bem como de juntada de cópia do processo licitatório promovido pelo agravado sob a modalidade de Tomada de Preços nº 004/2012.

Em suas razões de fls. 02/12, aduz a agravante, em síntese, que em vista de ter apresentado a melhor proposta, sagrou-se vencedora no certame que teve como objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de terraplenagem e drenagem do loteamento Nova Tatuoca, em Suape, todavia, após a celebração do Contrato Administrativo de nº 033/2012, a mesma tomou conhecimento de que o projeto e detalhamento do objeto licitado e contratado não condizia com a realidade dos serviços que se faziam necessários à execução do objeto em questão, visto que existia na área uma pequena reserva de Mata Atlântica, contendo exatamente 304 árvores de médio e grande porte, as quais não admitiam a retirada mediante a utilização de trator esteira com lâmina, necessitando a remoção individualizada de cada uma das árvores através de trabalho manual com a utilização de moto-serra, o que não fora objeto da predita licitação.

Assevera que diversas foram as tentativas no que diz respeito à negociação do valor da execução, bem como ao prazo de 30 dias previsto no contrato, porém, restaram inexitosas, levando o agravante a ajuizar ação Ordinária perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Ipojuca, postulando a rescisão do contrato sem qualquer penalidade, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, o qual restou indeferido.

03 – AI 0288676-4

Praça da República, s/nº, 3º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.040 – Fone: (081) 3419-3201.





303

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Soma que com a aplicação da multa contratual, interpôs, recurso administrativo e, no feito ordinário, requereu os pedidos objeto do presente instrumental, os quais foram indeferidos pelo magistrado de piso em face da ausência do vínculo do processo judicial com o procedimento administrativo e ainda, ante a desnecessidade das cópia do processo licitatório, por tratar a lide de descumprimento de contrato firmado entre as partes

Às fls. 267/269, houve o indeferimento do pedido de efeito suspensivo.

Instada para se manifestar a parte recorrida apresentou contrarrazões nos termos constantes às fls. 282/294, pugnando pela manutenção da decisão vergastada.

Com vista dos autos, o representante do Ministério Público em seu judicioso parecer de fls. 298/299, opinou pelo improvimento do instrumental.

É o Relatório. Inclua-se na Pauta.

Recife, 12 de março de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator





19 309

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 0288676-4 – Comarca de Ipojuca
Agravante: Scave Serviços de Engenharia e Locação Ltda
Advogado: Rodrigo Soares de Azevedo
Agravado: Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros-SUAPE
Advogado: Pedro Henrique Santana de Souza Leão
Ministério Público: Zulene Santana de Lima Norberto

VOTO

Em apertada síntese acerca do instrumental em apreço, conforme relatado, observa-se que o agravante pugna pelo emprestamento do efeito suspensivo ativo da decisão interlocutória proferida nos autos da Ação Ordinária de Contrato Administrativo nº 0001729-40.2012.8.17.0001, a qual indeferiu o pedido de sobrestamento do feito, bem como de juntada de cópia do processo licitatório promovido pelo agravado sob a modalidade de Tomada de Preços nº 004/2012.

É cediço que para concessão da tutela antecipada faz-se necessário estarem presentes de forma imediata os requisitos autorizadores previstos no artigo 273, do CPC, ou seja, prova inequívoca do alegado a convencer o julgador da verossimilhança do pedido, conjugada com o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

É sabido, que a prova inequívoca requer muito mais do que a aparência do bom direito. Há de restar, desde o primeiro momento ou durante o desenrolar do processo, cabalmente provada a pretensão posta em juízo, sob pena de obstar a concessão da postulação.

In casu, ao menos por meio desta cognição perfunctória, não há nestes autos elementos suficientes para amparar as alegações da recorrente. Ao indeferir a pretensão da agravante, o togado monocrático firmou seu convencimento no fato de que o processo judicial ordinário, ou seja, a ação de origem, não se encontrava vinculada a procedimento administrativo que lhe imponha o sobrestamento do feito, bem como aferiu a desnecessidade da juntada de cópia do processo licitatório, por tratar a lide de descumprimento de contrato firmado entre as partes.

03 – AI 0288676-4

Praça da República, s/nº, 3º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.040 – Fone: (081) 3419-3201.





310
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Assiste total razão ao julgador monocrático. Como inclusive bem reconheceu o recorrente, o processo judicial não se encontra vinculado ao administrativo, não dependendo aquele, desde para o regular prosseguimento. Ademais, confessa o mesmo que a suspensão da referida demanda é medida que se faz necessária à obtenção da segurança jurídica, posto que, em não sendo procedente o Recurso Administrativo interposto, indubitavelmente deverá oferecer nova ação judicial com o fim de ver anuladas as penas impostas pela Administração.

Ora, acatar a articulação recursal, seria permitir de certa forma, pela via transversa, a devolução do prazo recursal à recorrente, que permanecera inerte, na ocasião em que o togado monocrático indeferiu anteriormente seu pedido antecipatório formulado no sentido de obstar a parte demandada de lhe impor qualquer espécie de penalidade ou restrição até definitivo julgamento da lide.

Com efeito, melhor sorte não tem a segunda alegação do recorrente. Como dito anteriormente, o objetivo da ação ordinária é a rescisão do contrato. Ora, os pedidos formulados devem guardar relação com o objeto da demanda. Na espécie, o pedido formulado pelo autor/recorrente extrapola os limites da ação e, ademais, o mesmo não comprovou encontrar-se afrontado seu direito de defesa como alegado.

Desta feita, voto no sentido de se negar provimento o presente agravo de instrumento, mantendo incólume a decisão hostilizada.

É como voto.

Recife, 22 de 03, de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator